

PDM
P L A N O
D I R E T O R
M U N I C I P A L
D E L I S B O A



Projeções Demográficas

Plano Diretor Municipal de Lisboa

Primeira revisão aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24 de julho de 2012 (Deliberação nº 46/AML/2012 e Deliberação nº 47/AML/2012) e publicada Diário da República de 30 de agosto de 2012



INDICE

1. OBJECTIVO E ENQUADRAMENTO GERAL	2
2. PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS DO CONCELHO DE LISBOA.....	4
3. REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO POR UOPG EM 2011, 2016 E 2021	21
FICHA TÉCNICA	31



PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS – CONCELHO DE LISBOA e UOPG

(Estimativa para 2006 e Projecções para 2011, 2016, 2021 e 2026)

1. OBJECTIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

Este relatório inclui os resultados das estimativas e projecções de população por grupos etários quinquenais, efectuadas para o município de Lisboa em 2006, 2011, 2016, 2021 e 2026. Para a elaboração destas estimativas e projecções utilizou-se um modelo não demográfico clássico que corresponde ao método cohort survival mono-regional aberto (para um único concelho incluindo as componentes de evolução migratória e natural).

Com base na informação demográfica (estrutura da população por grupos etários patente nos Censos de 1991 e 2001; óbitos por grupos etários quinquenais e nados-vivos por escalões etários das mães para o período 1991-2008) recolhida pelo INE, construíram-se quatro tipos de combinação distintos, materializados em 4 matrizes de evolução demográfica, ancoradas em 4 cenários de evolução populacional (muito desfavorável, desfavorável, estabilização e crescimento moderado), devidamente especificados adiante.

2

Das quatro projecções demográficas elaboradas para o município, três foram retidas¹ e redistribuídas para as 9 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) que integram a Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa, delimitadas na Planta de Ordenamento - Qualificação do espaço urbano. Para a redistribuição da população estimada e projectada por UOPG foi utilizado um método não demográfico baseado em informações sobre acréscimos de população previstos em loteamentos localizados em áreas exteriores aos planos, acréscimos de população previstos em áreas de planos, alojamentos vagos (censos de 2001) e fogos concluídos e disponíveis para venda (dados do presente decénio).

Para cada uma das três projecções redistribuídas efectuaram-se várias combinatórias das componentes não demográficas, suportadas por hipóteses distintas de evolução populacional das várias UOPG que integram a cidade. Verifica-se, assim, que os 3 cenários retidos para sustentar as projecções para o conjunto da cidade são complementados com pressupostos de suporte aos cálculos de redistribuição interna por UOPG (modelos não demográficos), numa

¹ Entendeu-se que a projecção ancorada no cenário “muito desfavorável”, embora passível de concretização, é claramente indesejável em termos de evolução demográfica da cidade de Lisboa, assumindo-se que as políticas municipais relativas ao ordenamento do território e à habitação procurarão contrariar a significativa tendência para a perda populacional e para o forte envelhecimento que se verificou nos decénios de 80 e 90. Por este motivo, partiu-se do pressuposto de que esta projecção seria a menos provável (as indicações dadas pela dinâmica demográfica potencialmente associada a loteamentos e a planos também apontam neste sentido), pelo que não se efectuou a repartição dos totais estimados e projectados para o município para as 9 UOPG que o integram.



lógica de coerência global do cenário de projecção (elementos macro, essencialmente demográficos, de suporte ao cenário de projecção para a cidade + elementos micro, essencialmente baseados em dinâmicas de planeamento, construção e oferta de habitação para a repartição por UOPG).

A opção por combinar um modelo demográfico (para a projecção propriamente dita) com um modelo não demográfico (para a repartição por UOPG), assumindo uma lógica partitiva, deve-se ao facto de se assumir que a utilização de modelos demográficos para estimar e projectar a população das freguesias teria um maior grau de erro, uma vez que se trata de subconjuntos territoriais com menos habitantes, para os quais a informação existente – com a excepção relativa de óbitos e nados-vivos por idades das mães² - se encontra bastante desactualizada, uma vez que o último censo foi realizado há praticamente 10 anos.

Sobretudo por este motivo, que torna a sustentação das projecções mais frágil, mas também porque algumas das componentes de evolução demográfica, particularmente os movimentos migratórios, de uma cidade como Lisboa e das suas sub-unidades territoriais, podem sofrer oscilações importantes em períodos temporais relativamente curtos devido a conjunturas económicas favoráveis ou desfavoráveis e a medidas de política habitacional e promoção residencial atractivas ou repulsivas, entende-se que será fundamental aferir e a reajustar estas previsões num horizonte de cerca de 5 anos, beneficiando já da informação proveniente dos Censos de 2011.

É fundamental ter em consideração que uma projecção demográfica tem o rigor que resulta da aplicação de métodos sólidos à informação disponível, mas não é um “processo de adivinhação” que permite obter a população exacta de um município ou de uma UOPG no horizonte considerado. Uma projecção diz-nos, essencialmente, que a verificarem-se os pressupostos em que está ancorada, o que pressupõe a existência de certos contextos demográficos e económicos e, também, a implementação de determinadas políticas, os valores de população que virão a ser observados no “horizonte de projecção” deverão estar próximos dos calculados no âmbito modelo.

² Afirma-se que se trata de “uma excepção relativa”, não porque a informação não exista, mas porque esta apresenta algumas limitações, a começar pelo facto de, com frequência, a informação relativa à freguesia de residência da mãe estar incorrecta devido a declarações incorrectas dos progenitores (a este propósito, ver Remoaldo, P. (2002) – *Desigualdades Territoriais e Sociais subjacentes à Mortalidade Infantil em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

2. PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS DO CONCELHO DE LISBOA

2.1 Considerações metodológicas

As perspectivas demográficas do concelho de Lisboa foram realizadas com recurso ao **modelo de sobrevivência de coortes³ mono-regional aberto** (município de Lisboa = área técnica). Este modelo permite estimar a probabilidade de a população de um determinado grupo etário (neste estudo utilizaram-se grupos quinquenais) vir a constituir a população da coorte seguinte, decorrido o necessário intervalo de tempo (no caso concreto, os supracitados cinco anos). Como se trata de um modelo aberto, tem a vantagem de incorporar quer as componentes de crescimento natural, quer a componente migratória, crucial para a dinâmica da população, tanto em termos directos, como indirectos (pela influência na estrutura etária e na natalidade e fecundidade).

Relembre-se, como foi mencionado atrás, que as perspectivas demográficas foram elaboradas segundo quatro cenários distintos (diferentes combinações das componentes de crescimento natural e migratório, segundo diversos pressupostos de evolução mais ou menos provável), pelo que se apresentam quatro hipóteses evolutivas diferentes, que tomam como anos de referência 2011 e 2021, complementados com a estimativa de 2006 e as projecções intermédias de 2016 e complementar de 2026. Elaborar perspectivas para horizontes mais alargados não parece ter grande justificação, não só porque a âncora temporal de referência de um PDM são 10 anos, mas também porque após 2011 será possível actualizar as projecções com base em informação bastante mais recente proveniente dos Censos. De resto, no quadro do planeamento contemporâneo, necessariamente adaptativo e, portanto, dotado de capacidade de ajustamento às situações e de rápida incorporação de nova informação, será esta a situação ideal.

Do ponto de vista estritamente técnico, as projecções demográficas resultam da aplicação de matrizes de crescimento demográfico (uma para cada hipótese de evolução) à população residente de partida, desagregada por grupos etários quinquenais. Estas matrizes incorporam uma componente de fecundidade específica (por grupos etários férteis), uma componente de mortalidade, sob a forma de probabilidades de sobrevivência simplificadas e uma componente migratória (taxas migratórias associadas a cada grupo etário).

Em termos concretos, estas componentes foram obtidas do seguinte modo:

³ Em estatística, coorte corresponde a um conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu no mesmo período (exemplo: coorte de pessoas que nasceram em 1960; coorte de mulheres casadas em 1999; etc.), observado durante um período de tempo com o intuito de analisar a sua evolução.



- a) Taxas de fecundidade específicas para os sete grupos etários quinquenais férteis (15-19 a 45-49)

$$TFE_i = (NV_i/Popf_i) * (1-TMI)$$

Sendo:

TFE_i – Taxa de Fecundidade Específica corrigida do grupo etário quinquenal fértil *i*

NV_i – Nados-vivos gerados pela população do grupo etário fértil *i* (período de cinco anos)

Popf_i – População do grupo etário quinquenal fértil *i* (porque as diferenças entre homens e mulheres nestes grupos etários não são muito significativas, introduziu-se um elemento de simplificação no modelo, resultando daqui o cálculo de taxas de fecundidade específicas tendo como denominador mulheres+homens)

TMI – Taxa de Mortalidade Infantil

No caso da presente projecção, foram utilizados, como informação concreta, os dados dos nados-vivos de mães residentes em Lisboa, por grupos etários férteis, do período 1991-2008, agregados segundo distintas lógicas (1991-1996; 1996-2001; 2007-2008) e divididos pela população residente, calculada ou estimada nos mesmos períodos, para os mesmos grupos etários.

Estas taxas de fecundidade específicas – corrigidas com recurso à taxa de mortalidade infantil - são colocadas na primeira linha das matrizes de crescimento respectivas e a soma das suas multiplicações pelos grupos etários de partida (no caso concreto, a população residente em 2001) fornece o valor da população residente no primeiro grupo etário (0- 4 anos), cinco anos depois.

- b) Taxas de sobrevivência dos grupos etários (aproximação à probabilidade de virem a constituir o grupo etário subsequente)

Trata-se da incorporação da componente da mortalidade no modelo, sob a forma de taxas de sobrevivência de cada grupo etário. Em termos concretos, têm-se:

$$TS_i = 1 - O_i/Pop_i$$

Sendo:

TS_i – Taxa de sobrevivência do grupo etário quinquenal *i*, (aproximação à probabilidade⁴ de os indivíduos deste grupo sobreviverem até ao grupo etário subsequente)

⁴ Com recurso à construção de tábuas de mortalidade poder-se-ia introduzir uma ligeira correcção nas taxas de sobrevivência e transformá-las em probabilidades de sobrevivência, *strictu sensu*. Contudo, testes efectuados para projecções de população concelhia elaboradas no âmbito de outros trabalhos traduziram-se em diferenças pouco



O_i – Óbitos no grupo etário quinquenal i (período de cinco anos)

Pop_i – População residente no grupo etário i

No caso da presente projecção, foram utilizados, como informação concreta, os dados dos óbitos de residentes em Lisboa, por grupos etários quinquenais, do período 2001-2008, divididos pela população residente, estimada para o mesmo período, de modo a obterem-se taxas de mortalidade específicas. Neste caso, não se consideraram valores anteriores a 2001, porque a evolução das condições de mortalidade apresenta uma evolução mais suave e previsível do que a fecundidade.

A subtracção das taxas de mortalidade específicas à unidade permite obter as taxas de sobrevivência de cada grupo etário quinquenal. Estas taxas de sobrevivência são colocadas na diagonal principal da matriz (nos casos em que a hipótese inclui migrações, são combinadas com as taxas migratórias) e multiplicadas pelos coortes correspondentes, obtendo-se as populações do grupo etário seguinte, cinco anos depois. No caso do último grupo etário, mediante um ajuste no processo de multiplicação matricial, a população sobrevivente, cinco anos depois, do penúltimo grupo etário (65 a 69 anos) é adicionada à população sobrevivente do último grupo etário (70 e mais anos).

6

c) Taxas migratórias específicas

O cálculo das taxas migratórias incorporadas nas matrizes de crescimento foi efectuado da seguinte forma:

$${}^{x,x+5}SM_i = {}^{x+5}Pop_i - ({}^xPop_{i-n} - {}^{x,x+5}O_{i-n})$$

$${}^{x,x+5}TMIG_i = {}^{x,x+5}SM_i / Pop_i$$

Sendo:

${}^{x,x+n}SM_i$ - Saldo Migratório do grupo etário quinquenal i , no período de cinco anos compreendido entre x e $x+5$

${}^{x+5}Pop_i$ - População do grupo etário quinquenal i no ano $x+5$

${}^xPop_{i-n}$ - População do grupo etário quinquenal $i-n$ (grupo etário imediatamente anterior a i), no ano x

significativas, pelo que se assumiu não ser justificado o investimento na construção de um conjunto substancial de tábuas de mortalidade (pelo menos duas para cada concelho). A possibilidade de utilizar tábuas-modelo pré-elaboradas, ajustadas a determinadas estruturas etárias, disponíveis nalgumas publicações, foi igualmente descartada, por se considerar que a utilização dos dados efectivamente registados traduzia, de forma mais clara, a situação da mortalidade nestes.



${}^{x,x+5}O_{i-n}$ – Óbitos do grupo etário quinquenal $i-n$, ocorridos no período de cinco anos, entre x e $x+5$

${}^{x,x+5}TMIG_i$ – Taxa migratória do grupo etário quinquenal i , no período de 5 anos, entre x e $x+5$

Portanto, após a obtenção do saldo migratório, através da comparação entre a população efectivamente observada (registos dos Censos) e a população esperada (sem migrações)⁵, passa-se ao cálculo das taxas migratórias específicas para os vários grupos etários.

No caso concreto das presentes perspectivas, foram calculadas taxas migratórias para o concelho de Lisboa no período de cinco anos decorrido entre 1996 e 2001, por ser o último para o qual é possível efectuar um cálculo mais sólido dos saldos migratórios⁶. Adicionalmente, com o intuito de obter uma projecção que incorporasse um ritmo de crescimento algo mais elevado do que aquele que tem marcado os últimos três decénios da capital, uma das matrizes de projecção inclui taxas migratórias ajustadas do município de Oeiras, uma vez que se considerou este, no conjunto da AML, o mais análogo a Lisboa, num quadro de recuperação de uma dinâmica migratória atractiva por parte desta.

Estas taxas migratórias foram colocadas na diagonal principal das matrizes de crescimento, nalguns casos de forma directa, noutros ajustadas a pressupostos de crescimento (determinado aumento percentual das taxas migratórias ou duplicação destas, por exemplo) ou atenuação dos movimentos migratórios (e.g. decréscimo em determinada percentagem dos valores observados).

Após a obtenção de taxas de fecundidade específicas, taxas de sobrevivência por grupos etários e taxas migratórias específicas para cada município, estas foram combinadas em matrizes de evolução demográfica, segundo quatro cenários, que suportam outras tantas Hipóteses de evolução.

Posteriormente, os resultados obtidos para três dos quatro cenários de projecção (cenários 2, 3 e 4) foram repartidos pelas sub-unidades geográficas de planeamento do município de Lisboa, a partir da aplicação de um modelo de distribuição não demográfico (baseado nos licenciamentos e loteamentos, bem como em informações relativas aos planos em curso na cidade de Lisboa e à dinâmica do mercado habitacional).

⁵ Para o primeiro grupo etário, utilizam-se os nados-vivos do período-base de cálculo, corrigidos com a aplicação de taxas de sobrevivência (1 - taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade entre 1 e 4 anos).

⁶ Neste caso, a população observada não é, directamente, a do recenseamento da população, mas sim a média da população registada nos Censos de 1991 e 2001.

2.2 Cenários e resultados da aplicação do modelo

CENÁRIO 1 – Evolução muito desfavorável

i) Características gerais da tendência

- **Prolonga o quadro de evolução demográfica do decénio de 90 do século XX.**

ii) Pressupostos Gerais:

- Prolonga o quadro económico e de políticas públicas (em domínios como a habitação e os equipamentos e infra-estruturas) que marcou o decénio de 90 do século passado;
- Prolongamento da actual situação económica marcada pela estagnação e pelo crescimento muito lento, com investimentos privados e públicos reduzidos até meados da segunda década do século XXI que, no caso da AML, privilegiarão de modo muito intenso a Península de Setúbal;
- Manutenção de uma dinâmica fraca do mercado habitacional, marcada pela rigidez e pela desvalorização do segmento de arrendamento, pela quase ausência de oferta cooperativa e pública (com excepção do PER que não tem impactos sobre atracção de população uma vez que se destina ao realojamento e da promoção da EPUL, relativamente reduzida e que se aproxima da lógica do mercado privado), pelos preços muito elevados do segmento “venda”, por comportamentos especulativos e por um investimento relativamente reduzido na reabilitação do parque habitacional, não obstante uma proporção muito significativa deste ser público ou para-público (CML, CDG, Santa Casa da Misericórdia e Ministérios e outras dependências da administração central);
- Continuação do processo de degradação de parcelas substanciais do parque edificado e aumento do número de fogos devolutos;
- Manutenção de uma dinâmica competitiva forte das periferias da AML, assente em factores como a melhoria das infra-estruturas, sobretudo viárias, o reforço da oferta comercial e de serviços (abertura de centros comerciais, hipermercados, parques de escritórios...) com impactes na melhoria das condições de consumo e na criação de emprego e a oferta diversificada e a preços mais convidativos (em termos médios) de habitação para vários patamares da procura.

iii) Pressupostos Demográficos:

- Mantém as **taxas migratórias negativas registadas na segunda metade do decénio de 90 do século XX;**



- Toma como referência as **taxas de mortalidade médias do período 2001-2006**, porque se tem em consideração a suave tendência de evolução favorável das condições de sobrevivência dos vários grupos etários;
- Assume como referência os **níveis de fecundidade de 2005-2006**, porque sendo relativamente idênticos aos da segunda metade dos anos 90 do século XX, apresentam uma distribuição por idades das mães que está mais ajustada às tendências actualmente observáveis (e.g. menos nascimentos nos grupos etários entre os 15 e os 29 anos; crescimento dos número de nados-vivos nos 4 cohorts quinquenais seguintes).

População do concelho de Lisboa (Cenário 1)

	2001	2006	2011	2016	2021	2026
0-4	21287	26361	24776	21683	16809	12989
5-9	21135	14696	18198	17104	14969	11604
10-14	23126	19622	13644	16896	15880	13898
15-19	29781	21538	18275	12707	15736	14790
20-24	41853	28404	20542	17430	12119	15008
25-29	41245	43783	29713	21489	18233	12678
30-34	34442	37001	39277	26656	19278	16357
35-39	34468	27436	29474	31287	21233	15356
40-44	34551	32739	26059	27995	29718	20168
45-49	36124	32662	30949	24634	26465	28093
50-54	38658	33505	30293	28705	22848	24546
55-59	36888	37963	32902	29749	28189	22438
60-64	37795	32369	33312	28871	26104	24735
65-69	39319	33183	28418	29247	25348	22919
70 e mais	93985	99710	98081	92666	89714	84178
	564657	520969	473915	427119	382644	339756

10

Distribuição percentual por grandes grupos etários (Cenário 1)

	2001	2006	2011	2016	2021
10-14	11,6	11,6	11,9	13,0	12,5
15-64	64,8	62,8	61,4	58,4	57,5
65 e mais	23,6	25,5	26,7	28,5	30,1



CENÁRIO 2 – Evolução desfavorável

i) Características Gerais da tendência

Projeção que mantém um quadro de **declínio populacional para a cidade, embora menos acentuado do que no Cenário 1**, e que, **provavelmente, estará mais ajustada à dinâmica demográfica observada na primeira década do século XXI**, tendo em consideração indicadores como a evolução do número de eleitores inscritos.

ii) Pressupostos Gerais:

- Manutenção de um quadro económico e de políticas públicas (em domínios como a habitação e os equipamentos e infra-estruturas) que, em larga medida, mantém os princípios registados no decénio de 90 do século passado, embora se pressuponha, quer uma transição lenta para uma política habitacional mais centrada na “reabilitação” do que na “construção nova”, quer um crescimento progressivo da dinâmica empresarial e da melhoria da rede de transportes internos da cidade;
- Recuperação lenta, mas progressiva, da economia, associada a alguma valorização das funções de capitalidade (com efeitos benéficos sobre o emprego e o investimento) e a um processo de “difusão” metropolitana dos benefícios associados ao investimento público;
- Dinâmica relativamente fraca do mercado habitacional, marcada pela secundarização do segmento de arrendamento, pela quase ausência de oferta cooperativa e pública, pela manutenção de comportamentos especulativos e de preços bastante elevados no segmento “venda”, mesmo que ocorra alguma dinamização do mercado habitacional assente numa maior aposta na reabilitação do edificado;
- Manutenção de um número elevado de edifícios degradados e devolutos;
- Prolongamento da uma dinâmica competitiva forte das periferias da AML, assente em factores como a melhoria das infra-estruturas, sobretudo viárias, o reforço da oferta comercial e de serviços (abertura de centros comerciais, hipermercados, parques de escritórios...) com impactes na melhoria das condições de consumo e na criação de emprego e a oferta diversificada e a preços mais convidativos (em termos médios) de habitação para vários patamares da procura.

iii) Pressupostos Demográficos:

- Registo de **saldo migratório nulo**, que tomam como pressuposto a redução nas saídas (por via do envelhecimento da base da pirâmide demográfica com redução do número absoluto de jovens residentes, aqueles que mais protagonizam processos de mobilidade residencial em direcção à periferia e, também, de algum incremento na oferta habitacional decorrente dos processos de reabilitação); um ligeiro acréscimo nas

entradas e uma maior mobilidade residencial, devido à crescente precariedade e flexibilização do mercado de trabalho;

- Toma como referência as **taxas de mortalidade médias do período 2001-2006**, porque se tem em consideração a suave tendência de evolução favorável das condições de sobrevivência dos vários grupos etários;
- Assume como referência os **níveis de fecundidade de 2005-2006**, porque sendo relativamente idênticos aos da segunda metade dos anos 90 do século XX, apresentam uma distribuição por idades das mães que está mais ajustada às tendências actualmente observáveis (e.g. menos nascimentos nos grupos etários entre os 15 e os 29 anos; crescimento dos número de nados-vivos nos 4 coortes quinquenais seguintes).



População do concelho de Lisboa (Cenário 2)

	2001	2006	2011	2016	2021	2026
0-4	21287	26361	26278	23953	19860	16899
5-9	21135	21101	26130	26048	23744	19686
10-14	23126	21111	21077	26101	26018	23717
15-19	29781	23102	21089	21055	26073	25991
20-24	41853	29713	23049	21041	21007	26014
25-29	41245	41718	29617	22975	20973	20939
30-34	34442	40991	41461	29435	22833	20844
35-39	34468	34078	40558	41023	29124	22592
40-44	34551	34007	33622	40015	40474	28734
45-49	36124	33918	33384	33006	39282	39733
50-54	38658	35278	33124	32602	32233	38362
55-59	36888	37640	34349	32251	31744	31384
60-64	37795	35497	36221	33054	31035	30547
65-69	39319	35939	33754	34442	31431	29511
70 e mais	93985	101094	102862	102058	102141	99412
TOTAL	564657	551548	536575	519059	497973	474366

Distribuição percentual por grandes grupos etários (Cenário 2)

	2001	2006	2011	2016	2021
10-14	11,6	12,4	13,7	14,7	14,0
15-64	64,8	62,7	60,8	59,0	59,2
65 e mais	23,6	24,8	25,5	26,3	26,8

CENÁRIO 3 – Estabilização

i) Características Gerais da tendência

Este cenário conduz à construção de uma projecção que **estabiliza o valor da população da cidade de Lisboa no intervalo 570 000 – 580 000 residentes, isto é, ligeiramente acima do valor observado nos Censos de 2001.**

Em termos de cenários, embora este não seja o mais desejável, uma vez que um crescimento da população residente para valores próximos dos registados em 1991 num horizonte de cerca de 10 anos, tomando como base o presente (2010), significaria uma reocupação de várias áreas da cidade presumivelmente com duplo “rejuvenescimento (do edificado e dos habitantes), **deverá ser o mais provável.** Efectivamente, tendo em conta a consolidação das tendências para o declínio demográfico iniciadas nos anos 80 do século XX, a evolução provável da população residente ao longo da primeira década do presente século (estimativa de uma pequena redução – ver cenário 1) e o contexto económico a médio prazo, parece excessivamente optimista assumir como comportamento demográfico provável de Lisboa, uma passagem a um processo de crescimento que se viesse a traduzir em incrementos populacionais de +15 ou 20%, face ao observado em 2001.

14

ii) Pressupostos Gerais:

- Alteração progressiva e intencional do quadro políticas públicas (em domínios como a habitação e os equipamentos e infra-estruturas), marcado por iniciativas capazes de reforçar a atractividade da capital em domínios como a habitação, a melhoria da rede de transportes internos e as próprias condições para a instalação de jovens (estudantes e empreendedores), empresas e actividades criativas;
- Recuperação gradual da economia apoiada por algumas reformas estruturais, associada à valorização das funções de capitalidade (com efeitos benéficos sobre o emprego e o investimento) e a um processo de “difusão” metropolitana dos benefícios associados ao investimento público;
- Implementação progressiva do Programa Local de Habitação da Cidade que conduza à dinamização do mercado habitacional, com apostas fortes na reabilitação do edificado, no estímulo ao mercado de arrendamento com incorporação de componentes destinadas a jovens, no reforço da intervenção pública e na eventual reintrodução de formas de oferta cooperativa”;
- Reforço da competitividade de Lisboa no quadro da AML, assente em factores como a valorização das funções associadas à capitalidade, a melhoria de equipamentos e



infra-estruturas internos e um quadro de oferta residencial e de espaços para escritórios e empresas mais competitivo.

iii) Pressupostos Demográficos:

Adaptação das taxas migratórias observadas no município de Oeiras no período 1996-2001. Esta analogia tem como base a contiguidade geográfica entre os dois municípios, os aspectos comuns ao nível da estrutura social (presença importante de grupos sociais mais elevados e, sobretudo, com níveis de instrução altos) e, também, o facto do município tomado como referência ter tomado medidas interessantes no domínio da habitação e na criação de espaços destinados à instalação de serviços qualificados. Adicionalmente, deve referir-se que os saldos migratórios de Oeiras são relativamente reduzidos e controlados, ao contrário do que se passou noutros municípios da periferia metropolitana.

- Toma como referência as **taxas de mortalidade médias do período 2001-2006**, porque se tem em consideração a suave tendência de evolução favorável das condições de sobrevivência dos vários grupos etários;
- Assume como referência os **níveis de fecundidade de 2005-2008**, porque traduz uma ligeira tendência de crescimento desta e ajusta-a à distribuição por idades das mães que se tende a verificar na actualidade (e.g. menos nascimentos nos grupos etários entre os 15 e os 29 anos; crescimento dos número de nados-vivos nos 4 coortes quinquenais seguintes).

População do concelho de Lisboa (Cenário 3)

	2001	2006	2011	2016	2021	2026
0-4	21287	30906	34022	34528	28923	23354
5-9	21135	18192	26413	29076	29509	24718
10-14	23126	21348	18375	26679	29368	29805
15-19	29781	22346	20628	17756	25779	28378
20-24	41853	28712	21545	19888	17119	24854
25-29	41245	45657	31322	23503	21695	18675
30-34	34442	47216	52267	35857	26905	24836
35-39	34468	33540	45980	50898	34917	26201
40-44	34551	35317	34366	47112	52151	35777
45-49	36124	33128	33862	32950	45171	50003
50-54	38658	34509	31647	32349	31478	43152
55-59	36888	43397	38740	35527	36315	35337
60-64	37795	35649	41940	37439	34334	35095
65-69	39319	33391	31495	37053	33077	30333
70 e mais	93985	109271	115091	117657	124990	126683
TOTAL	564657	572581	577693	578270	571731	557202

Distribuição percentual por grandes grupos etários (Cenário 3)

	2001	2006	2011	2016	2021
10-14	11,6	12,3	13,6	15,6	15,4
15-64	64,8	62,8	61,0	57,6	57,0
65 e mais	23,6	24,9	25,4	26,8	27,6



CENÁRIO 4 – Crescimento Moderado

i) Características Gerais da tendência

Este cenário aponta para um **crescimento moderado da população, projectando valores de residentes para Lisboa que, a verificar-se, levariam o efectivo demográfico da capital a recuperar para níveis próximos dos observados em 1991** (663 394 nesta data; 649 029 projectados para 2021). Embora seja a projecção que consideramos mais desejável, como tivemos oportunidade de referir nas “Características” do Cenário 3, cremos que não é aquela que apresenta maiores possibilidades de concretização.

ii) Pressupostos Gerais:

- Alteração rápida do quadro de políticas públicas (em domínios como a habitação e os equipamentos e infra-estruturas), associada a investimentos no domínio da habitação, equipamentos e serviços capazes de reforçar num prazo relativamente curto a atractividade económica e demográfica da capital.
- Recuperação gradual da economia apoiada por algumas reformas estruturais, associada à valorização das funções de capitalidade (com efeitos benéficos sobre o emprego e o investimento) e a um processo de repartição do investimento público que incluísse Lisboa na partilha dos benefícios (directos e indirectos). Em alternativa, o atraso na realização de alguns dos investimentos previstos para a Margem Sul do Estuário do Tejo (finais do segundo decénio do século ou mesmo mais tarde) poderia, paradoxalmente, beneficiar o concelho de Lisboa, desde que este fosse capaz de potenciar as vantagens competitivas que possui.
- Implementação rápida e pró-activa (com parcerias público-privado, mas também medidas coercivas e estímulos) do Programa Local de Habitação da Cidade, associado a intervenções importantes no espaço público das áreas residenciais, conduzindo à dinamização do mercado habitacional, com apostas fortes na reabilitação do edificado, na diversificação da oferta, no estímulo ao mercado de arrendamento com incorporação de componentes destinadas a jovens, no reforço da intervenção pública e na eventual reintrodução de formas de oferta cooperativa”;
- Reforço da competitividade de Lisboa no quadro da AML, assente em factores como a valorização das funções associadas à capitalidade, a melhoria de equipamentos e infra-estruturas internos e um quadro de oferta residencial e de espaços para escritórios e empresas mais competitivo.

iii) Pressupostos Demográficos:

- **Adaptação das taxas migratórias observadas no município de Oeiras no período 1996-2001, mas transformadas no sentido do reforço dos saldos positivos** (duplicados nos coorts quinquenais com superavit migratório; reduzidos metade nos

grupos quinquenais com deficit migratório). Neste caso, assume-se um reforço da capacidade atractiva (e de retenção dos residentes já instalados) de Lisboa para níveis superiores aos de Oeiras, assente nas vantagens competitivas já existentes e numa política activa e incisiva orientada para a sua valorização.

- Toma como referência as **taxas de mortalidade médias do período 2007-2008**, uma vez que esta projecção procura incorporar os valores mais recentes, mesmo que estes sejam bastante idênticos aos considerados nas projecções associadas aos outros cenários;
- Assume como referência os **níveis de fecundidade de 2007-2008**, uma vez que esta projecção procura incorporar, tal como no caso das taxas de sobrevivência, os valores mais recentes, mesmo que estes tenham menor solidez, devido ao seu carácter conjuntural e, também, ao facto de os valores de população residente utilizados no cálculo serem estimativas e não registos observados. Estes níveis de fecundidade são os mais elevados dos últimos anos (ligeira diferença face às taxas utilizadas no cenário 3), ajustando-se também à distribuição segundo a idade das mães que se tende a verificar na actualidade.

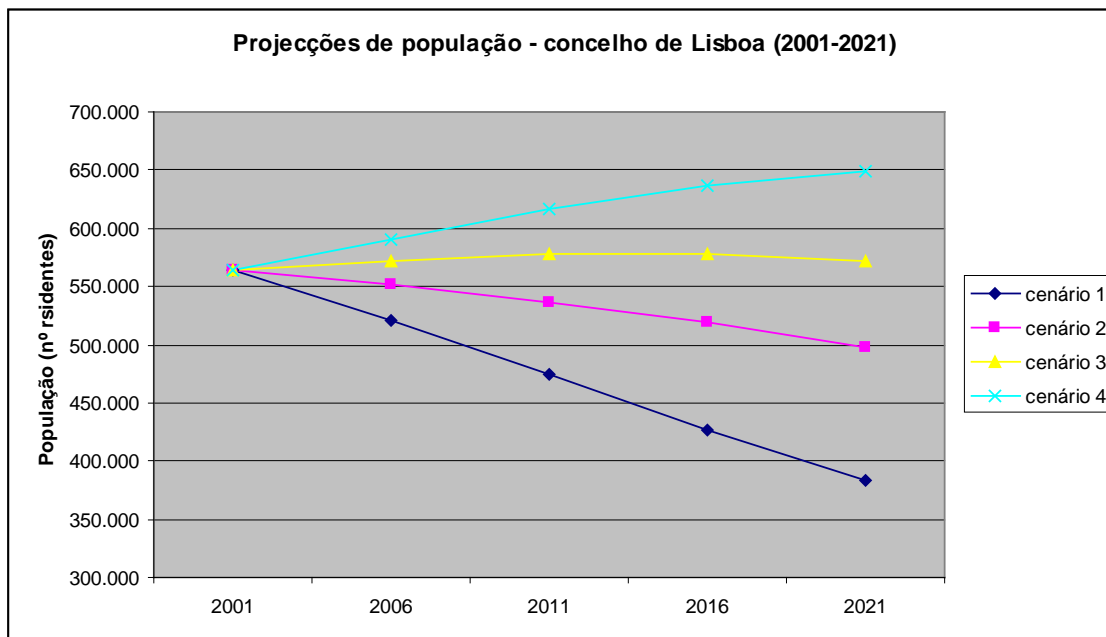


População do concelho de Lisboa (Cenário 4)

	2001	2006	2011	2016	2021	2026
0-4	21287	33018	38027	40515	35040	28747
5-9	21135	19652	30482	35106	37403	32348
10-14	23126	21476	19969	30973	35672	38006
15-19	29781	22714	21093	19613	30422	35037
20-24	41853	29247	22307	20715	19261	29876
25-29	41245	47682	33320	25414	23600	21944
30-34	34442	50430	58301	40741	31073	28856
35-39	34468	33938	49693	57449	40145	30619
40-44	34551	36037	35483	51955	60064	41972
45-49	36124	33616	35062	34524	50550	58439
50-54	38658	34889	32468	33864	33344	48822
55-59	36888	46235	41727	38831	40501	39879
60-64	37795	35667	44704	40346	37545	39160
65-69	39319	34770	32812	41126	37116	34540
70 e mais	93985	111509	120390	125238	137292	142519
TOTAL	564657	590881	615838	636409	649029	650765

Distribuição percentual por grandes grupos etários (Cenário 4)

	2001	2006	2011	2016	2021
10-14	11,6	12,5	14,4	16,7	16,7
15-64	64,8	62,7	60,8	57,1	56,5
65 e mais	23,6	24,8	24,9	26,1	26,9





3. REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO POR UOPG EM 2011, 2016 E 2021

3.1 Considerações metodológicas

Como mencionado nos capítulos iniciais, as estimativas e projecções de população efectuadas para os cenários 2, 3 e 4 foram repartidas pelas 9 UOPG de Lisboa segundo um método não demográfico que, partindo de uma estimativa da repartição da população por UOPG, baseia a dinâmica demográfica em variáveis habitacionais e de planeamento, designadamente os volumes de crescimento populacional das áreas submetidas a planos e dos espaços residenciais a consolidar exteriores a estas áreas, as ofertas de fogos disponíveis para venda, os fogos vagos para aluguer e os fogos concluídos.

Todas estas variáveis fornecem indicações muito relevantes sobre o potencial de crescimento demográfico futuro de cada UOPG, as dinâmicas de produção habitacional e o potencial de oferta de habitação para venda e, com maior grau de erro devido à desactualização (dados dos Censos de 2001), para arrendamento.

Em termos concretos, a repartição da população associada aos três cenários retidos assentou nos seguintes pressupostos:

a) CENÁRIO 2 – Evolução desfavorável

Tratando-se de um cenário que suporta uma **projecção de decréscimo demográfico, a lógica de repartição da população por UOPG é muito influenciada pelo prolongamento da estrutura estimada para 2011**, assumindo-se que **a construção nova se sobrepõe claramente à reabilitação, que o arrendamento não recupera e que tanto os espaços residenciais a consolidar (tomando como base os índices de referência) previstos para áreas situadas fora dos planos como os acréscimos demográficos estimados para as áreas sujeitas a planos eficazes em 2010 não se cumprem**, num prazo de 11 anos.

Em termos de combinação das variáveis, este modelo assume uma lógica de média ponderada, conjugando:

$EP011*0,785+FC*0,02+FV*0,06+LOT*0,1+PLEF*0,035$ (exemplo para 2016)

Sendo:

EP011 – Estrutura populacional por UOPG estimada para 2011⁷

FC – Estrutura por UOPG dos fogos concluídos entre 2001 e 2006 (INE)

⁷ Esta estrutura foi obtida a partir da média dos valores dos pesos relativos de cada UOPG numa estimativa da população para 2011 (sem saldos migratórios) e nos resultados do Recenseamento Eleitoral de 2009. Refira-se que a distribuição percentual destas populações por UOPG é bastante semelhante, o que parece confirmar a solidez da estimativa.

FV – Estrutura por UOPG dos fogos disponíveis para venda em 2009 (Estruturas do mercado imobiliário)

LOT – Estrutura, por UOPG, da população prevista, utilizando índices de referência, em espaços centrais residenciais situados fora das áreas sujeitas a planos (Total de ECR sem áreas inseridas em Planos + Polaridades + EAE) (Fonte: CML)

PLEF – Estrutura, por UOPG, População prevista em áreas sujeitas a planos eficazes em 2010.

Para 2011, o peso da estrutura populacional por UOPG, calculado segundo o processo descrito na nota 7, é maior (0,860 e não 0,785), reduzindo-se o significado das restantes componentes. Já para 2021, o peso da estrutura populacional por UOPG reduz-se, uma vez que se considera que as estruturas que traduzem potenciais de crescimento demográfico associadas ao planeamento e a dinâmicas de construção e oferta de alojamento para venda têm, progressivamente, mais peso. Contudo, neste cenário, assume-se que estas dinâmicas são relativamente limitadas devido ao prolongamento da crise que afecta os sectores imobiliário e da construção e, também, a pouca capacidade para concretizar o previsto no quadro de planos e loteamentos.

22

b) CENÁRIO 3 – Estabilização

É um cenário que aponta para **travagem do processo de perda demográfica da capital**, projectando a relativa estabilização do número de residentes no decénio que se avizinha. Este cenário, que considerámos o mais provável, está associado a um modelo de repartição por UOPG que, **partindo de princípios e componentes idênticas aos descritos a propósito do cenário 2, assume uma lógica algo distinta de combinação de variáveis**. Embora a repartição da população por UOPG continue a ser bastante influenciada pelo prolongamento da estrutura estimada para 2011, **assume-se que a consolidação de espaços residenciais centrais e que os planos em vigor se cumprem, influenciando bastante as dinâmicas demográficas nas diversas UOPG**. Adicionalmente, **incorpora-se neste modelo a componente arrendamento** (existência de fogos vagos para aluguer em 2001), que é conjugada com a oferta de habitação para venda (menos significativa do que no caso anterior).

Em termos de combinação das variáveis, a lógica de média ponderada, assume a seguinte expressão:

$EP011*0,798+FV*0,036+FVAL*0,021+LOT*0,105+PLEF*0,04$ (exemplo para 2016)

Sendo:



EP011 – Estrutura populacional por UOPG estimada para 2011⁸

FV – Estrutura por UOPG dos fogos disponíveis para venda em 2009 (Estruturas do mercado imobiliário)

FVAL - Estrutura por UOPG dos fogos vagos disponíveis para aluguer em 2001 (INE, Censos)

LOT – Estrutura, por UOPG, da população prevista, utilizando índices de referência, em espaços residenciais centrais a consolidar situados fora das áreas sujeitas a planos (Total de ECR sem áreas inseridas em Planos + Polaridades + EAE) (Fonte: CML)

PLEF – Estrutura, por UOPG, População prevista em áreas sujeitas a planos eficazes em 2010.

Tal como no cenário 2, em 2011, o peso da estrutura populacional por UOPG, calculado segundo o processo descrito na nota 7, é maior (0,876 e não 0,798), reduzindo-se o significado das restantes componentes. Já para 2021, o peso da estrutura populacional por UOPG reduz-se, uma vez que se considera que as estruturas que traduzem potenciais de crescimento demográfico associadas ao planeamento e a dinâmicas de oferta de alojamento para venda e arrendamento têm, progressivamente, mais peso. Neste cenário, assume-se que estas dinâmicas são mais significativas, o que se traduz num maior impacto sobre a repartição interna da população no concelho de Lisboa.

c) CENÁRIO 4 – Crescimento Moderado

De alguma forma, corresponde ao **cenário de evolução demográfica ideal de Lisboa, uma vez que projecta alguma recuperação de população**, embora o consideremos menos provável do que o Cenário 3, pelo menos no contexto do próximo decénio.

Construído com base num modelo de repartição idêntico aos atrás descritos, assume uma lógica de **combinação de variáveis que potencia o crescimento demográfico associado às áreas a consolidar situadas fora dos planos (passa-se para índices máximos e não de referência) e, também, à oferta residencial localizada dentro dos espaços sujeitos a planos** (assumem-se todos os planos e não apenas os eficazes em 2010), bem como a oferta de alojamentos para venda.

Em termos de combinação das variáveis, a lógica de média ponderada, assume a seguinte expressão:

$EP011 * 0,755 + FV * 0,025 + LOT * 0,15 + PLT * 0,07$ (exemplo para 2016)

Sendo:

EP011 – Estrutura populacional por UOPG estimada para 2011⁹

⁸ Esta estrutura foi obtida a partir da média dos valores dos pesos relativos de cada UOPG numa estimativa da população para 2011 (sem saldos migratórios) e nos resultados do Recenseamento Eleitoral de 2009. Refira-se que a distribuição percentual destas populações por UOPG é bastante semelhante, o que parece confirmar a solidez da estimativa.

FV – Estrutura por UOPG dos fogos disponíveis para venda em 2009 (Estruturas do mercado imobiliário)

LOT – Estrutura, por UOPG, da população prevista, utilizando índices máximos, em espaços residenciais centrais situados fora das áreas sujeitas a planos (Total de ECR sem áreas inseridas em Planos + Polaridades + EAE) (Fonte: CML)

PLT – Estrutura, por UOPG, População prevista em áreas sujeitas a todos os planos referenciados em 2010.

Neste caso, a consolidação de espaços residenciais situados fora dos planos associada ao cumprimento, relativamente rápido dos diversos planos, eficazes e previstos, marca mais significativamente o processo de repartição interna da população.

3.2 Análise de resultados

No caso do **cenário 2** (evolução desfavorável), mantêm-se a tendência para a perda de população, que tenderá mesmo a acentuar-se ligeiramente na década de 10 do presente século.

Perante este cenário, a **perda de população generaliza-se a todas as UOPG, com excepção da Coroa Norte** (que beneficia dos efeitos Alta de Lisboa e Telheiras), **da área Oriental (UOPG2) – apenas até 2011 – e da área Ocidental (UOPG9), cujo crescimento é quase imperceptível, prevendo-se que também não se mantenha após 2011**. O facto deste modelo prever um decréscimo nestas duas áreas após 2011 prende-se com o facto de um dos seus pressupostos corresponder à não concretização do que está previsto em termos de planos e, sobretudo, de ECR exteriores aos planos. Efectivamente, as UOPG Oriental e Ocidental de Lisboa, que incluem no primeiro caso o Parque das Nações e, no segundo, os espaços de reabilitação e reconversão de Alcântara e da própria Ajuda, têm um grande significado em termos de ECR exteriores aos planos, mas têm apresentado dinâmicas de mercado imobiliário inferiores às que se verificam na Coroa Norte e, ainda que em menor grau, em Benfica e nas próprias Avenidas Novas. No contexto dos pressupostos deste cenário, e para o caso específico da UOPG2 (Oriental), o crescimento associado ao Parque das Nações (município de Lisboa) deverá deixar de compensar, na presente década, os decréscimos populacionais verificados na freguesia dos Olivais e mesmo nalguns bairros de Marvila, conduzindo a um decréscimo demográfico.

⁹ Esta estrutura foi obtida a partir da média dos valores dos pesos relativos de cada UOPG numa estimativa da população para 2011 (sem saldos migratórios) e nos resultados do Recenseamento Eleitoral de 2009. Refira-se que a distribuição percentual destas populações por UOPG é bastante semelhante, o que parece confirmar a solidez da estimativa.

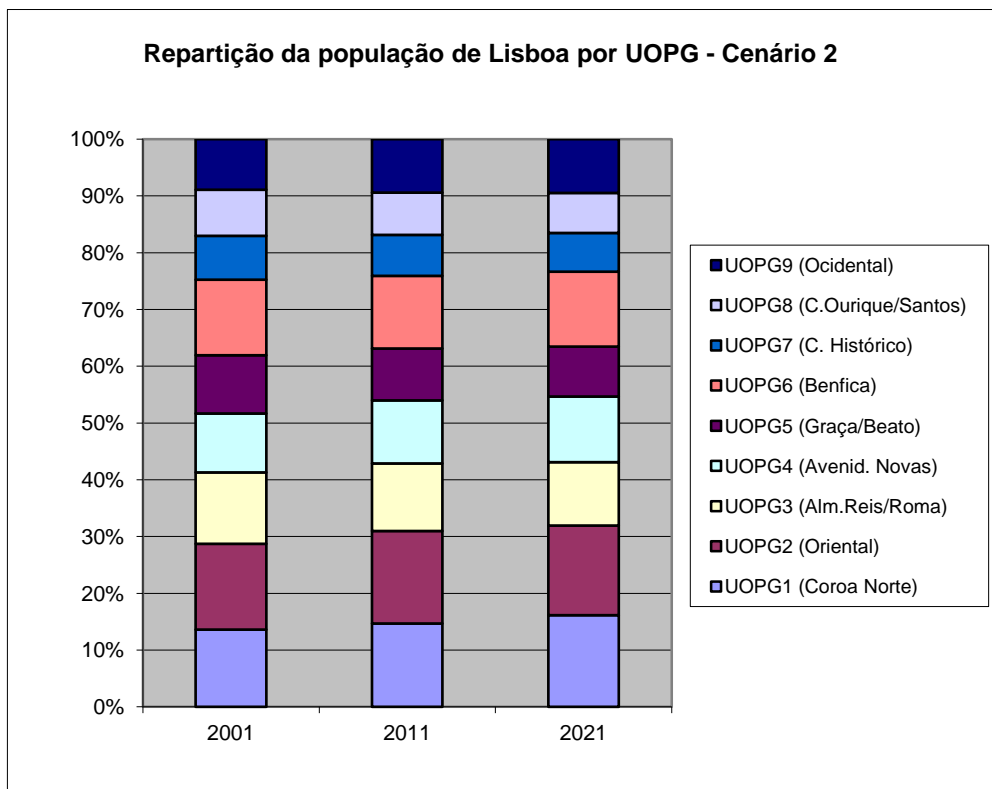


Repartição da projecção por UOPG - Cenário 2

	População observada	População estimada	População projectada	Taxas de variação	
				2001-2011	2001-2021
	2001	2011	2021		
UOPG1 (Coroa Norte)	76835	78667	80392	2,4	2,2
UOPG2 (Oriental)	85177	87377	78632	2,6	-10,0
UOPG3 (Alm.Reis/Roma)	71246	63943	55476	-10,2	-13,2
UOPG4 (Avenid. Novas)	58560	59730	57740	2,0	-3,3
UOPG5 (Graça/Beato)	57856	49070	43708	-15,2	-10,9
UOPG6 (Benfica)	75046	68495	65634	-8,7	-4,2
UOPG7 (C. Histórico)	43681	38858	33993	-11,0	-12,5
UOPG8 (C.Ourique/Santos)	45998	39989	35213	-13,1	-11,9
UOPG9 (Ocidental)	50258	50445	47186	0,4	-6,5
TOTAL - LISBOA	564657	536575	497973	-5,0	-7,2

Fonte dos dados de 2001: INE, Censos.

Tratando-se de um **cenário que, de algum modo, prolonga as tendências de decréscimo dos decénios passados, não consegue incorporar elementos que revertam as tendências para o declínio demográfico das áreas centrais e mais antigas da cidade, com destaque para a UOPG3 (Alm.Reis/Roma), a UOPG5 (Graça/Beato), a UOPG8 (Campo de Ourique/Santos) e a UOPG7 que corresponde ao Centro Histórico** (ver quadro e figura – Cenário 2).



A hipótese de **estabilização demográfica (cenário 3)**, aparece bastante ancorada nas **dinâmicas urbanísticas da Coroa Norte (UOPG1 que beneficia do efeito Alta de Lisboa), área Ocidental (eixo de reconversão Alcântara-Ajuda-Belém), das Avenidas Novas (UOPG4) e da área Oriental (UOPG2)** que, após 2011, tenderá a estabilizar em termos de efectivo populacional. A explicação para este processo, naturalmente menos acentuado no contexto deste cenário do que naquele que descrevemos anteriormente, radica nas razões já apontadas. De resto, convém lembrar que na década de 90 do século XX, esta última UOPG registou uma redução demográfica significativa (-14%, aproximadamente), o que demonstra que o efeito “Parque das Nações”, que se terá feito sentir significativamente na presente década, talvez não consiga manter o mesmo nível de impacto nos próximos 10 anos (pelo menos na parte da urbanização incluída no concelho de Lisboa).



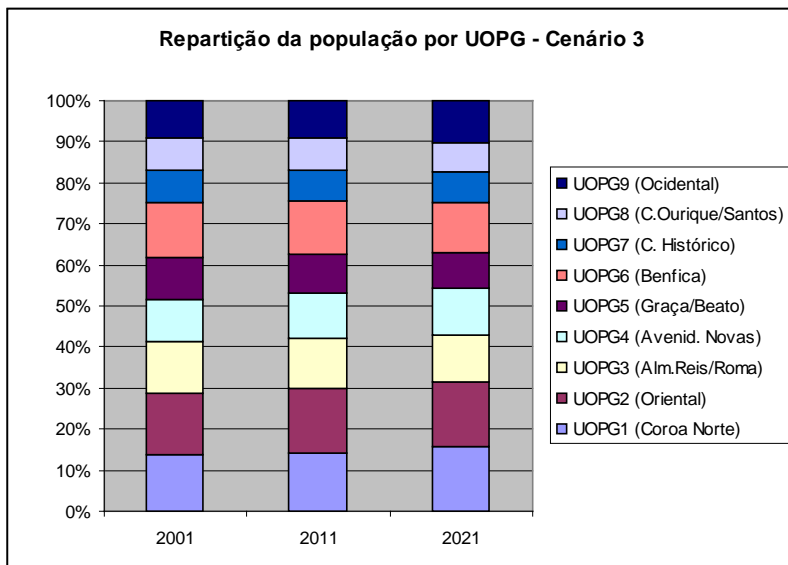
O Centro Histórico também consegue aumentar muito ligeiramente a sua população, tirando partido, sobretudo, da valorização da reabilitação e do mercado de arrendamento, que são pressupostos deste cenário.

Repartição da projecção por UOPG - Cenário 3

	População observada	População estimada	População projectada	Taxas de variação	
				2001-2011	2001-2021
	2001	2011	2021		
UOPG1 (Coroa Norte)	76835	81999	89770	6,7	9,5
UOPG2 (Oriental)	85177	91389	90960	7,3	-0,5
UOPG3 (Alm.Reis/Roma)	71246	70965	63456	-0,4	-10,6
UOPG4 (Avenid. Novas)	58560	63718	67417	8,8	5,8
UOPG5 (Graça/Beato)	57856	54071	49428	-6,5	-8,6
UOPG6 (Benfica)	75046	73537	67914	-2,0	-7,6
UOPG7 (C. Histórico)	43681	44005	44067	0,7	0,1
UOPG8 (C.Ourique/Santos)	45998	44809	40980	-2,6	-8,5
UOPG9 (Ocidental)	50258	53166	57642	5,8	8,4
TOTAL - LISBOA	564657	577693	571731	2,3	-1,0

Fonte dos dados de 2001: INE, Censos.

As UOPG3 (Alm.Reis/Roma), 5 (Graça/Beato), e 8 (Campo de Ourique/Santos) mantêm, tal como no primeiro cenário apresentado, uma contínua perda populacional, que resulta dos níveis de consolidação urbanística e de envelhecimento físico e demográfico destas áreas.



O **cenário 4**, caracterizado por dar suporte a uma projecção que assume a **retoma do crescimento demográfico no município de Lisboa**, incorpora as maiores variações em termos de dinâmica interna das UOPG. Ao assumir como pressupostos a implementação do previsto em planos e o recurso aos índices máximos, **potencia o crescimento das UOPG com as intervenções urbanísticas de maior vulto, designadamente o eixo Oriental- Coroa Norte (concentraria cerca de 35% dos residentes em 2021)**, beneficiário do efeito Alta de Lisboa-Parque das Nações. A par destas, também a **UOPG9 (Ocidental) registaria um forte crescimento**, ancorado nos processos atrás mencionados.

A inclusão do total dos planos e não apenas dos planos eficazes em 2010, vai também **beneficiar o Centro Histórico que, nesta projecção, regista uma retoma bastante significativa do crescimento populacional**. Assume-se, neste caso, um processo ainda mais acentuado do que o mencionado a propósito do cenário 3, de reabilitação da área central de Lisboa.

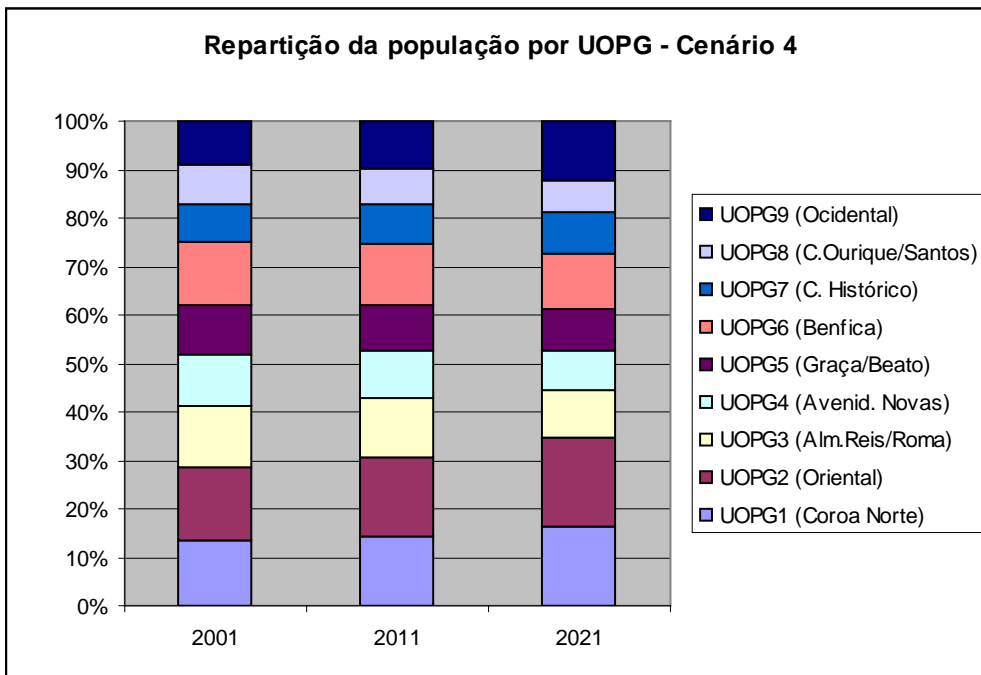


Neste cenário, as **UOPG 3 (Alm.Reis/Roma), 4 (Avenidas Novas) e 8 (Campo de Ourique/Santos)** revelam uma **tendência para o crescimento demográfico no primeiro decénio do século XXI, seguindo-se a previsão de um processo de redução populacional nos 10 anos subsequentes**. Isto acontece devido aos pressupostos do próprio modelo que valoriza a componente dos acréscimos demográficos associados a planos e a ECR, incorporando as estruturas associadas às estimativas mais elevadas. Como estas áreas, que apresentam uma população envelhecida e uma dinâmica demográfica baixa, têm um peso relativamente reduzido nos itens que se acabaram de mencionar, vão registar populações projectadas em 2021 inferiores às estimadas para 2011.

Repartição da projecção por UOPG - Cenário 4

	População observada	População estimada	População projectada	Taxas de variação	
				2001-2011	2001-2021
	2001	2011	2021		
UOPG1 (Coroa Norte)	76835	87660	106710	14,1	21,7
UOPG2 (Oriental)	85177	100413	118062	17,9	17,6
UOPG3 (Alm.Reis/Roma)	71246	74681	64116	4,8	-14,1
UOPG4 (Avenidas Novas)	58560	61398	52518	4,8	-14,5
UOPG5 (Graça/Beato)	57856	58097	55127	0,4	-5,1
UOPG6 (Benfica)	75046	78202	74408	4,2	-4,9
UOPG7 (C. Histórico)	43681	48684	57110	11,5	17,3
UOPG8 (C.Ourique/Santos)	45998	47270	41793	2,8	-11,6
UOPG9 (Ocidental)	50258	59431	79185	18,3	33,2
TOTAL - LISBOA	564657	615838	649029	9,1	5,4

Fonte dos dados de 2001: INE, Censos.





FICHA TÉCNICA

Autores

Jorge Macaísta Malheiros	IGOT, Universidade de Lisboa	Doutorado em Geografia Humana	Demografia
Sofia Nunes		Geógrafa	Demografia

Coordenação Geral

Paulo Pais	Director de Departamento (DMPU/DPU)		Arquitecto
Célia Milreu	Chefe de Divisão (DMPU/DPU/DOEP)		Arquitecta

Consultor/Acompanhamento

Mário Vale	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa	Doutorado em Geografia Humana	Demografia
------------	--	-------------------------------	------------

31

Colaboração

Anabela Completo	DMPU/DPU/DOEP	Geógrafa	Demografia
Luisa Araújo	DMPU/DPU/DOEP	Geógrafa, Mestre em Urbanismo	Demografia

DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA



PDM
P L A N O
D I R E C T O R
M U N I C I P A L
D E L I S B O A

**UMA CIDADE PARA O FUTURO,
UMA CIDADE PARA AS PESSOAS.**



<http://www.cm-lisboa.pt>
<http://pdm.cm-lisboa.pt>
revisao.pdm@cm-lisboa.pt